



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

**PROTOCOLO SIC** [REDACTED]

**SECRETARIA:** Secretaria da Segurança Pública

**UNIDADE:** Polícia Militar do Estado de São Paulo

**ASSUNTO:** Pedido de informação formulado por [REDACTED]

**EMENTA:** Câmeras acopladas à farda dos policiais militares. Hipóteses de desligamento. Autoridades com acesso às imagens. Parcial provimento ao recurso.

**DECISÃO OGE/LAI nº 169/2017**

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria da Segurança Pública, de número SIC em epígrafe, para informações sobre (i) o treinamento recebido pelos policiais que utilizam as câmeras e esclarecimentos sobre pedido anteriormente efetuado; (ii) orientações passadas aos policiais em relação à possibilidade de desligamento do equipamento e (iii) as autoridades que podem obter acesso às imagens registradas.
2. Em resposta, foram prestadas informações sobre o treinamento dos policiais e o desligamento do aparelho. Ante recurso, apontaram-se os momentos de privacidade dos policiais e como são feitos os atendimentos aos pedidos de acesso à informação. Ainda insatisfeito, o solicitante interpôs o presente apelo revisional, cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, protestando pelo rol taxativo de hipóteses em que os equipamentos podem ser desligados, bem como as autoridades que possuem acesso às imagens capturadas pelas câmeras acopladas às fardas dos policiais.
3. Analisando-se o caso concreto aqui colacionado, conclui-se que a solicitação referente aos momentos em do possível desligamento das câmeras foi adequadamente respondida, nos termos da legislação vigente. Ressalte-se que a Lei nº 12.527/2011 tem por escopo o acesso à informação *disponível*, nos termos do artigo 11. Nesse sentido, a resposta ofertada é satisfatória ao esclarecer quais são os momentos nos quais o desligamento é autorizado, sendo inexigível detalhamento maior inexistente.
4. No que tange ao segundo aspecto da pretensão recursal, a informação prestada de fato não satisfaz a solicitação inicial do requerente, sobre as autoridades que possuem acesso às imagens gravadas pelas câmeras. As repostas inicial e em grau recursal limitaram-se a esclarecer os procedimentos adotados em pedidos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

de acesso à informação, sem, contudo, entrar no cerne da específica solicitação ora em apreço, ou fornecer relação dos que possuem acesso às imagens.

5. Assim, parece haver informação pública disponível ainda não fornecida, a caracterizar a hipótese de provimento recursal constante no inciso I do artigo 20 do Decreto Estadual nº 58.052/2012, sendo imprescindível a adequada complementação da resposta originalmente ofertada, disponibilizando-se a íntegra do quanto solicitado, ou atentando para a necessidade de suficiente justificativa em eventual caso de impossibilidade de atendimento da demanda, conforme a vigente Lei nº 12.527/2011.
6. Tendo em vista o atendimento parcial da demanda, restando ainda informações adicionais a serem prestadas, **conheço do recurso**, e, no mérito, **dou-lhe parcial provimento**, com fundamento nos artigos 6º, inciso I, e 11, caput, da Lei nº 12.527/2011 e artigo 20, inciso I, do Decreto nº 58.052/2012. Verificada, assim, a procedência parcial das razões do recurso, devem ser adotadas, nos termos do §2º do artigo 20 do Decreto, as providências necessárias para dar cumprimento ao disposto na Lei, conforme esta decisão.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 16 de agosto de 2017.

  
**GUSTAVO UNGARO**  
OUVIDOR GERAL DO ESTADO